

# Letramento acadêmico: interpretação textual em questão

## Academic literacy: textual interpretation in question

Luciana Maria Crestani<sup>1</sup>  
Clínio Jorge de Souza<sup>2</sup>  
Cristiane Piementel Neder<sup>3</sup>  
Jaeder Fernandes Cunha<sup>4</sup>

**RESUMO:** A maioria dos alunos ingressantes no nível de ensino superior encontra dificuldades relacionadas à interpretação textual. Dúvidas em relação à temática, ao ponto de vista que o autor assume e principalmente aos argumentos que o autor utiliza para defender seu ponto de vista são comuns quando se propõem tarefas com textos argumentativos. Nesse sentido, tomando como base propostas de Paula Carlino (2009) para o ensino da leitura e da escrita no nível superior (letramento acadêmico), e tendo como aporte teórico-metodológico a semiótica greimasiana, neste artigo procede-se à análise de um texto de opinião no intuito de fornecer subsídios metodológicos que auxiliem alunos recém-chegados à graduação no trabalho com essa modalidade textual. Diferença entre opinião e argumento, formas de argumentação, e organização semântica dos textos são questões discutidas a partir do texto em análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Letramento acadêmico. Leitura e interpretação textual. Texto argumentativo.

**ABSTRACT:** Most students entering superior education find difficulties concerning text interpretation. Doubts regarding thematic, the author's point of view, and mainly the arguments the author uses to defend these points of view are common when tasks are proposed with argumentative texts. In this sense, based on propositions of Paula Carlino (2009) for teaching reading and writing in superior education (academic literacy), and the Greimas semiotic as theoretical and methodological support, this article follows the analysis of an opinion text aiming to provide methodological grants to help newcomers to graduation in working with this textual form. Differences

---

<sup>1</sup> Professora no PPG em Letras (Mestrado) da UPF e na Faculdade Anhanguera de Passo Fundo.

<sup>2</sup> Docente nos programas de graduação e pós-graduação da Faculdade Anhanguera de Sorocaba-SP.

<sup>3</sup> Docente nos programas de graduação Faculdade Anhanguera de São José - SC.

<sup>4</sup> Doutor Direto em História Econômica pela Universidade de São Paulo, USP (2011).

between opinion and argument, forms of argumentation, and semantic structure of the texts are issues discussed from the text in analysis.

**KEYWORDS:** Academic literacy. Reading and text interpretation. Argumentative texts.

### **Considerações introdutórias**

O ato de ler – e interpretar o que se lê – é imperativo em qualquer nível de aprendizado, já que as habilidades de leitura e compreensão são exigidas constantemente na vida acadêmica, profissional ou pessoal. Porém, muitos alunos chegam aos bancos acadêmicos sem conseguir efetivamente interpretar um texto. E quando falamos em interpretação efetiva, falamos da capacidade de abstrair da leitura ideias essenciais ou mesmo aspectos exigidos em alguma tarefa específica. Falamos também da capacidade de “(re)dizer” o que foi lido e, principalmente, de ressignificar o texto, tecendo inter-relações, fazendo analogias, comparações com outros textos e com o seu próprio conhecimento sobre o tema, construindo, assim, novos conhecimentos a partir da leitura. É nesse sentido que, cremos, devem ser estimuladas as práticas de “letramento” - entendido este como a capacidade efetiva de interpretar e produzir textos nas mais diversas situações de comunicação e em esferas sociais distintas - e, em especial, o “letramento acadêmico”, que diz respeito aos textos próprios deste universo. Como explica Soares (2003), letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno.

Bem sabemos que as dificuldades dos alunos no trabalho com textos – tanto de interpretação quanto de produção textual – advêm de problemas relacionados à falta de práticas de leitura e escrita e ao desconhecimento de estratégias que poderiam ajudá-los nessas tarefas, já que tais atividades muitas vezes ficam em segundo plano nas escolas de ensino básico e pouco são incentivadas em casa. Não se quer aqui, entretanto, delegar a culpa a um ou outro fator, já que, antes disso, é preciso que nos perguntemos o que nós,

docentes de ensino superior, temos feito para auxiliar nossos alunos nos processos de leitura (CARLINO, 2009). Também não podemos esquecer que ao ingressar no nível superior o aluno é apresentado “compulsoriamente” a um novo universo de leituras, pois passa a trabalhar com modalidades textuais e concepções teóricas nunca antes estudadas, o que também lhe causa estranhamento e problemas de compreensão (CARLINO, 2009).

Nesse sentido, pelo fato de os acadêmicos, principalmente em início de curso, apresentarem dificuldades quanto à interpretação e produção de textos argumentativos, surgiu a ideia de fornecer, em forma de artigo, algumas considerações que podem servir como subsídios introdutórios para abordagem de textos argumentativos cotidianos, como os artigos de opinião e os editoriais de jornais e revistas. Bem sabemos que o universo de leitura acadêmica exige o domínio de outras modalidades de texto (livros, ensaios, artigos científicos, resenhas, teses, etc.) mais amplas e complexas, mas o caminho proposto é iniciar o trabalho com gêneros textuais já conhecidos pelos alunos, para, paulatinamente, explorar outras modalidades textuais, constituídas de particularidades específicas, é verdade, porém às quais podem ser aplicados os mesmos procedimentos de interpretação e argumentação.

O objetivo principal deste artigo, portanto, é apontar alguns aspectos que podem ser explorados no trabalho com textos argumentativos no intuito de auxiliar os acadêmicos na atividade de compreensão leitora e no desenvolvimento da capacidade argumentativa. Para tanto, inicialmente destacamos aspectos básicos da teoria semiótica greimasiana<sup>5</sup>, teoria esta utilizada como aparato metodológico na interpretação de textos, e, na sequência, realizamos a análise de um texto de opinião, explicitando as ideias que constroem a semântica de base do texto e os argumentos que sustentam o ponto de vista do autor.

---

<sup>5</sup> No decorrer do artigo, apresentamos alguns conceitos fundantes da teoria semiótica greimasiana, porém de forma muito simplificada, uma vez que o intuito não é inserir o aluno neste universo teórico, mas fornecer subsídios básicos daí oriundos que auxiliam no processo de interpretação de textos. Para estudo básico desta teoria vejam-se Barros (2000) e Fiorin (1995 e 2000).

Também é preciso dizer que este trabalho vai ao encontro das proposições de Paula Carlino (2009) no que tange ao trabalho com leitura e escrita na universidade<sup>6</sup>.

### **Pressupostos teórico-metodológicos para interpretação textual**

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que não existe uma forma única de leitura para todos os textos, pois a própria designação “texto” é ampla e engloba uma série de possibilidades. Quando se fala em texto, normalmente a primeira ideia que vem à mente é a do texto escrito, no entanto os textos não se restringem à modalidade escrita. A semiótica greimasiana – teoria que “procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” (BARROS, 2000, p.7) – explica que a construção textual se dá a partir da união de *um plano de conteúdo*<sup>7</sup> e *um plano de expressão* (FIORIN, 1995). O plano de expressão pode ser verbal ou não-verbal. Por exemplo, uma fotografia é um texto que possui um conteúdo veiculado por um plano de expressão não-verbal, mas pictórico. Outro exemplo é a obra *O Quatrilho*, de José Clemente Pezenato, cujo plano de conteúdo vem manifesto por um livro, por um filme, por uma peça teatral e poderia ser traduzida por outros recursos de expressão. Nesse sentido, uma pintura, uma conversa, uma dança, um gesto, um filme, uma música, enfim, toda manifestação humana que se organiza de forma a

---

<sup>6</sup> A pesquisadora Paula Carlino defende em seus escritos a ideia de que a tarefa de ensinar a ler e escrever é também dos docentes de ensino superior de todas as áreas, tendo em vista que cada área tem seus conceitos próprios, autores e teorias que embasam as leituras, discussões implícitas que, se não desveladas ao aluno, dificultam-lhe a compreensão. Também coloca que as universidades precisam oferecer as condições necessárias para um trabalho efetivo nesse sentido. Na obra *Escribir, Leer y Aprender en la Universidad: una introducción a la alfabetización académica* (2009), a autora explica alguns métodos por ela adotados para abordagem textual no ensino superior, bem como os resultados obtidos a partir de tais práticas.

<sup>7</sup> Plano de conteúdo, grosso modo, é o próprio conteúdo a ser veiculado pelo texto. Num romance, por exemplo, o plano de conteúdo é a história em si; numa notícia, o plano de conteúdo é o desenrolar dos fatos, dos acontecimentos relatados.

construir sentidos possíveis de serem interpretados constitui um texto (CRESTANI, 2002, p. 54).

Fica fácil perceber, então, que nos encontramos rodeados de textos, comunicamo-nos por meio de textos e, a cada momento, fazemos leituras e releituras daquilo que buscamos entender sob diferentes aspectos<sup>8</sup>. Como são inúmeras as manifestações textuais, bem como o modo de exame destas deve ser adequado a cada modalidade de expressão, vale destacar que as considerações aqui tecidas voltam-se ao estudo do texto dissertativo-argumentativo no plano escrito.

A teoria semiótica greimasiana<sup>9</sup> (BARROS, 2000; FIORIN, 2000) explica que, no processo de construção de um texto, o conteúdo deste se constitui, inicialmente, de duas ideias contrárias que formam a semântica de base da organização textual (por exemplo: vida *versus* morte; saúde *versus* doença; preservação das florestas *versus* desmatamento; etc.). A partir destas duas ideias contrárias, vão-se desenvolvendo estruturas semânticas e sintáticas cada vez mais complexas e diversificadas que sustentam o ponto de vista defendido pelo autor. Por exemplo, defender a preservação das florestas implica – mesmo que implicitamente – contrapor-se ao desmatamento. Nesse sentido, partindo dessas duas ideias opostas (preservação vs. desmatamento), o autor tratará de construir um texto com argumentos que demonstrem e sustentem o seu ponto de vista. Ao final do seu trabalho, terá uma estrutura textual completa erigida sobre o pilar das duas ideias contrárias.

Metaforicamente, podemos comparar um texto a uma árvore (com folhas, frutos, galhos e tronco). Essa “árvore” não seria assim se não houvesse no substrato a raiz que lhe deu origem. É assim com o texto. Um texto pronto, da forma como chega ao leitor, apresenta-se repleto de recursos linguísticos e

---

<sup>8</sup> Também a leitura de mundo é fator crucial ao entendimento de textos, ou seja, as nossas pré-concepções acerca das ideias apresentadas num texto e a historicidade que nos constitui enquanto sujeitos sociais não podem ser desprezadas, pois influenciam diretamente em nossas “formulações” acerca deste ou daquele tema.

<sup>9</sup> A semiótica greimasiana compreende a estrutura do texto como dividida em 3 níveis: fundamental (ou profundo), narrativo e discursivo (ou superficial). Cada um desses níveis possui organização semântica e sintática próprias. Neste trabalho, entretanto, serão abordados apenas a organização semântica do nível fundamental/profundo e algumas recursos argumentativos manifestos na sintaxe do nível discursivo.

argumentativos utilizados para dar sustentação a uma das ideias contrárias que subjazem a toda essa construção.

Nesse sentido, o caminho que o autor/emissor faz para construir um texto é exatamente o inverso do que o leitor/receptor faz para entender/interpretar o texto. O autor/emissor, ao construir o texto, parte de duas ideias contrárias e vai acrescentando figuras, dados, exemplos, situações hipotéticas, comparações, enfim, uma ampla variedade de recursos que darão suporte ao ponto de vista que quer defender. Em suma, parte de uma estrutura abstrata, temática e simplificada (as ideias contrárias) e, na medida em que vai “tecendo” o texto, chega ao seu final com uma estrutura completa, permeada de elementos significativos que se entrecruzam e solidificam a construção de seu ponto de vista. Já o leitor depara-se com o texto pronto e, para entender seu sentido, precisa abstrair desta estrutura completa o ponto de vista defendido inicialmente, ou seja, precisa perceber quais ideias estão ali se contrapondo e qual é a que o autor defende. Também é importante entender como faz para defendê-la, com que argumentos a sustenta.

É preciso destacar que as duas ideias opostas nem sempre se manifestam por explícito na superfície textual, mas nem por isso deixam de estar presentes implicitamente. Tal questão se deve ao fato de que não se produz um texto argumentativo para defender ou criticar algo que seja consensual, unânime. Assim, na base estrutural de um texto se contrapõem sempre duas ideias: uma defendida/apoiada pelo autor/emissor e outra contrária, que é, supostamente, a concepção do leitor a quem se dirige o texto. O objetivo do texto argumentativo é, então, convencer o receptor a pensar como o produtor do texto.

Comunicar é agir sobre o outro, quando se comunica não se visa somente a que o receptor receba e compreenda a mensagem, mas também que a aceite, ou seja, a que creia nela e a que faça o que nela se propõe. *Comunicar não é, pois, somente um saber fazer, mas também um fazer crer e um fazer fazer [...] A persuasão é então o ato de levar o outro a aceitar o que está sendo dito, pois só quando ele o fizer a comunicação será completa* (PLATÃO e FIORIN, 2002, p. 284, grifo nosso).

Tendo isso em conta, após a leitura de um texto argumentativo, duas perguntas podem auxiliar no desvelamento das ideias principais sobre as quais um texto se desenvolve:

1ª) no texto lido o autor tece uma crítica ou um elogio?

2ª) E ele tece uma crítica ou um elogio a quê?

As respostas a essas questões ajudam a delimitar o tema e a posição assumida pelo autor do texto.

A seguir, apresentamos o texto-base para análise e, a partir dele, procuramos explicitar o ponto de vista defendido pelo autor e como ele faz para defendê-lo, com que argumentos o sustenta.

### **Texto-base para análise**

O texto que segue é um fragmento de um artigo do endocrinologista Geraldo Medeiros, publicado na revista *Veja*<sup>10</sup>.

#### **UM ARRISCADO ESPORTE NACIONAL**

Os leigos sempre se medicaram por conta própria, já que de médico e louco todos temos um pouco, mas esse problema jamais adquiriu contornos tão preocupantes no Brasil como atualmente. Qualquer farmácia conta hoje com um arsenal de armas de guerra para combater doenças de fazer inveja à própria indústria de material bélico nacional. Cerca de 40% das vendas realizadas pelas farmácias nas metrópoles brasileiras destinam-se a pessoas que se automedicam. A indústria farmacêutica de menor porte e importância retira 80% de seu faturamento da venda “livre” de seus produtos, isto é, das vendas realizadas sem receita médica.

---

<sup>10</sup> Este texto, de autoria de Geraldo Medeiros, foi publicado pela revista *Veja* em 18 de dezembro de 1985, é bastante antigo, portanto. Contudo, a escolha deste em detrimento de outros textos atuais se deve ao fato de este servir muito bem aos propósitos da análise, pois nele aparecem várias questões que interessam discutir e que dificilmente se encontram presentes todas num mesmo texto.

Diante desse quadro, o médico tem o dever de alertar a população para os perigos ocultos em cada remédio, sem que, necessariamente, faça junto com essas advertências uma sugestão para que os entusiastas da automedicação passem a gastar mais em consultas médicas. Acredito que a maioria das pessoas se automedica por sugestão de amigos, leitura, fascinação pelo mundo maravilhoso das drogas “novas” ou simplesmente para tentar manter a juventude. Qualquer que seja a causa, os resultados podem ser danosos.

É comum, por exemplo, que um simples resfriado ou uma gripe banal leve um brasileiro a ingerir doses insuficientes ou inadequadas de antibióticos fortíssimos, reservados para infecções graves e com indicação precisa. Quem age assim está ensinando bactérias a se tornarem resistentes a antibióticos. Um dia, quando realmente precisar de remédio, este não funcionará. E quem não conhece aquele tipo de gripado que chega a uma farmácia e pede ao rapaz do balcão que lhe aplique uma “bomba” na veia, para cortar a gripe pela raiz? Com isso, poderá receber na corrente sanguínea soluções de glicose, cálcio, vitamina C, produtos aromáticos – tudo isso sem saber dos riscos que corre pela entrada súbita desses produtos na sua circulação. (*Veja*, 18 de dezembro de 1985).

### **Encontrando o tema do texto**

Sempre que se acaba de ler um texto, o importante é entender o tema que ali se discute. Para descobrir o tema, retomamos as duas questões básicas apontadas anteriormente como auxiliares nesta tarefa: no texto lido o autor tece uma crítica ou um elogio? E ele tece uma crítica ou um elogio a quê?

É fácil perceber que o texto em questão constitui uma crítica, e o que o autor está criticando é a automedicação como prática rotineira de grande parte da população brasileira. Eis o tema principal do texto. Perceba-se que tal crítica só faz sentido porque o emissor parte do pressuposto de que há pessoas que se automedicam e que consideram normal (ou correto) tal procedimento, ou seja, tal crítica só tem razão de ser no dissenso. Há, então, um sujeito (autor)



que tem um ponto de vista "x" sobre determinado tema tentando agir sobre outro sujeito (leitor) no sentido de convencê-lo a abandonar concepção "y" e adotar "x".

À primeira vista, podemos dizer, então, que na base estrutural deste texto, as duas ideias que se confrontam são "automedicação *versus* medicação controlada por receita médica", sendo que a primeira delas assume conotação negativa no texto e a segunda, positiva. Numa perspectiva semântica mais abstrata, porém, podemos pensar em "saúde vs. doença", ou "vida vs. morte", onde, do ponto de vista do texto, a automedicação representaria a "doença" ou a "morte" e a medicação controlada representaria a "saúde" ou a "vida".

Ora, se o autor do texto é contra a primeira, deve ser a favor da segunda, mesmo que isso não esteja explícito no texto. A propósito, na maioria dos textos apenas uma das ideias de base se desvela explicitamente, a outra fica pressuposta, já que apoiar "A" implica refutar "B". Este é um dos princípios básicos que devem ser levados em conta no trabalho com interpretação textual.

No texto em discussão, o autor, sendo contrário à prática da automedicação, constrói seu discurso baseado em recursos argumentativos que possibilitem ao leitor perceber a defesa deste ponto de vista e não de outro. Certamente, o ponto de vista de um hipocondríaco não seria o mesmo e nem organizado com base nos mesmos recursos linguísticos e argumentativos, embora a temática fosse a mesma.

### **Como persuadir o leitor: argumentos utilizados no texto-base**

Um texto argumentativo tem como objetivo persuadir o leitor, fazer crer, fazer fazer algo, e, para tanto, não basta apenas emitir uma opinião acerca do fato/objeto do discurso, é preciso sustentá-la com argumentos convincentes.

Antes, porém, de analisarmos os argumentos utilizados pelo autor no texto-base, é válido lembrar que *opinião é diferente de argumentação*. Em termos simplificados, *opinião* é o juízo de valor que o autor tem sobre

determinado tema. Significa assumir uma posição (favorável ou contrária) em relação às ideias que se contrapõem na base textual. Já a *argumentação* implica os recursos que o autor utiliza para defender sua opinião. A argumentação dá sustentação à opinião e é a responsável por persuadir o leitor/receptor a aceitar o que lhe foi comunicado, crer no que foi dito e fazer o que foi proposto, “induzindo-o” a agir de um modo determinado.

Vejamos como se constrói a argumentação do texto-base. É preciso deixar claro, entretanto, que os recursos linguísticos utilizados para persuadir são inúmeros e a explicitação de cada um deles demandaria um trabalho muito mais minucioso e análise de vários outros textos para exemplificá-los. Nesse sentido, este estudo se limita a explicitar alguns dos recursos argumentativos que constroem o sentido do texto “Um arriscado esporte nacional”.

### **Argumento baseado no consenso**

Logo no início do texto, ao utilizar-se do provérbio popular “*de médico e louco todos temos um pouco*”, o autor estabelece um argumento baseado no consenso popular para justificar a afirmação de que “*Os leigos sempre se medicaram por conta própria*” e dar consistência ao seu texto. Este recurso de utilização do provérbio popular cria um efeito de aproximação com o leitor, mostrando a este que ambos (autor e leitor) (re)conhecem a mesma realidade.

Esse tipo de argumento é bastante utilizado, mas é preciso ter o cuidado de, ao recorrer a ele, não cair em um lugar-comum carente de base científica e com validade discutível. Por exemplo, dizer que *o brasileiro tem o hábito de se automedicar* é bem diferente de dizer que *o brasileiro é um povo indolente*, ou que *a Aids é um castigo de Deus*. Estas duas últimas afirmações, diferentemente da primeira, carecem de comprovação e sequer são consensuais.

Outros exemplos dessa forma de argumentação que prescindem de comprovação (a menos que seja objetivo do autor demonstrá-la) são afirmações como “A educação é a base do desenvolvimento” ou “Investir em

pesquisa é essencial para que o país supere sua condição de dependência". Ambas as afirmações já são consagradas como consensuais.

Quanto à utilização de provérbios ou ditos populares como recurso argumentativo, é preciso ter com eles um certo cuidado, pois só se prestam à efetiva argumentação quando bem alocados no texto.

### **Argumentos baseados em provas concretas**

No texto em questão, aparecem dois argumentos baseados em provas concretas: os dados estatísticos e a citação de exemplos. Vejamos cada um deles.

#### **a) Dados estatísticos**

Um argumento terá mais peso quando embasado em fatos comprobatórios. Assim, já no primeiro parágrafo do texto, o autor se utiliza de dados estatísticos para sustentar sua argumentação: "*Cerca de 40% das vendas [...]*" e "*[...] retira 80 % de seu faturamento [...]*".

Os dados estatísticos são argumentos de peso, pois se fundamentam em pesquisas que se pressupõem sérias e verdadeiras, com base científica e métodos de amostragem eficientes voltados ao (re)conhecimento de algum aspecto social. Esse tipo de argumento com dados concretos (reais) projeta no texto um efeito de verdade e dá a impressão de que o autor sabe realmente do que está falando, afinal conhece os dados relativos ao que expõe.

Cabe ressaltar que tais dados devem, preferencialmente, vir acompanhados de sua fonte, sob pena de perderem o poder argumentativo que a eles compete. O texto-base peca nesse sentido, pois não indica a fonte onde se poderiam comprovar tais informações. Ademais, é necessário verificar a "seriedade" e o "reconhecimento" das fontes, pois há muitas fontes suspeitas. Nem sempre dados da *internet*, por exemplo, são aceitos como válidos em

pesquisas, muitas vezes a veracidade das informações ali disponíveis é questionada.

Alguns exemplos de argumentos por provas concretas são as cifras e estatísticas, dados históricos, fatos da experiência humana e fotografias<sup>11</sup>.

A seguir, um exemplo de argumento baseado em fatos da experiência humana.

### **b) Citação de exemplos (argumento por ilustração)**

Em outra parte do texto, quando diz *“E quem não conhece aquele tipo de gripado que chega a uma farmácia e pede ao rapaz do balcão que lhe aplique uma “bomba” na veia, para cortar a gripe pela raiz?”* o emissor se utiliza de um caso concreto possível para ilustrar sua argumentação, pois pressupõe que os leitores já tenham vivenciado tal situação e que, portanto, considerem a situação imaginária como real e aceitável. A propósito, não se argumenta apenas com o que é certo e verdadeiro, mas com o que é plausível, provável. Assim, um fato possível da experiência humana é utilizado como argumento válido.

Perceba-se, ainda, que o autor se aproxima novamente do receptor nesse trecho no intuito de fazê-lo ativar seus próprios conhecimentos de mundo e reconhecer como verdadeiro o argumento. Além de instigar o leitor a imaginar (ou a lembrar) a situação proposta, também se aproxima do leitor através de outros dois recursos: lança uma pergunta retórica, interagindo com o receptor, e utiliza o vocábulo “bomba”, gíria de uso popular que designa injeção de substâncias químicas na corrente sanguínea para conter a gripe<sup>12</sup>.

A argumentação por ilustração, enfim, é um recurso utilizado para dar “veracidade” às afirmações generalizantes através de exemplos que lhes

---

<sup>11</sup> As fotografias falam por si, por isso constituem um recurso quase irrespondível numa argumentação. São bastante utilizadas como provas concretas, ou para forjar supostas provas, em processos jurídicos.

<sup>12</sup> A utilização de gírias como recurso argumentativo será retomada mais a frente, no tópico sobre argumento com base na competência linguística.

servam de suporte (como fez o autor do texto-base). Por outro lado, é preciso ter cuidado ao inverter tal ordem. Por exemplo, não se pode partir de um acontecimento isolado, acidental, e querer torná-lo essencial. Mostrar um erro médico (ou mais que um) e concluir que todos os médicos são charlatães, por exemplo, é generalizar indevidamente.

### **Argumento com base no raciocínio lógico**

Um texto bem construído possui clareza de ideias e sequência argumentativa lógica. Nesse sentido, os argumentos com base no raciocínio lógico precisam seguir uma ordem lógica e estar amarrados entre si de modo a garantir que o leitor compreenda tal sequência. Um trecho do último parágrafo do texto-base serve como exemplo: *"É comum, por exemplo, que um simples resfriado ou uma gripe banal leve um brasileiro a ingerir doses insuficientes ou inadequadas de antibióticos fortíssimos, reservados para infecções graves e com indicação precisa. Quem age assim está ensinando bactérias a se tornarem resistentes a antibióticos. Um dia, quando realmente precisar de remédio, este não funcionará"*.

Nesse trecho, percebe-se que o recurso argumentativo se baseia na relação de causa e consequência, perfeitamente encadeada no texto sem que haja nenhuma referência explícita a essa relação. Assim, a ingestão de medicamentos fortes e inadequados sem necessidade (causa) ocasionará a resistência das bactérias e o não funcionamento do remédio quando ele for realmente necessário (consequência).

Cabe ressaltar que a argumentação por raciocínio lógico compreende boa estruturação e sequência tanto no nível da frase quanto do texto como um todo, e que isso depende muito das habilidades do produtor do texto. Já do receptor/leitor, nesse caso, espera-se a habilidade de abstração e reconhecimento do argumento lógico utilizado neste ou naquele trecho. Uma

alternativa para seguir uma sequência lógica na produção textual é abordar uma ideia de cada vez, desenvolvendo-a por completo, para só depois, passar à ideia seguinte<sup>13</sup>.

### **Argumento com base na competência linguística**

É certo que “o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz. Utilizar também um vocabulário adequado à situação de interlocução dá credibilidade às informações veiculadas” (PLATÃO e FIORIN, 2002, p. 291).

No texto-base, o autor foi feliz quando, no último parágrafo, utilizou termos da linguagem técnica (médica) para designar as substâncias químicas injetadas no organismo por meio da “bomba” na veia. Ao utilizar os vocábulos “*soluções de glicose, cálcio, vitamina C, produtos aromáticos*”, ele demonstra seu conhecimento e autoridade enquanto médico, ou seja, inscreve-se, por meio da linguagem, num universo distinto do conhecido pelo leigo, no universo das autoridades médicas. Esse recurso gera um efeito de confiabilidade.

Também no último parágrafo do texto se mostra claramente o contraste entre duas formas distintas de linguagem: a utilização da palavra “bomba” (gíria) e dos termos da linguagem médica. Ao mesmo tempo em que estes últimos distanciam o médico do leigo, o termo “bomba” (gíria de uso popular) os aproxima. Ambos os termos servem, perfeitamente, aos objetivos de persuasão do texto.

A escolha do vocabulário a ser utilizado é um forte recurso persuasivo e, portanto, é preciso um cuidado especial ao utilizá-lo para que não preste um desserviço ao texto. Nesse sentido, é essencial avaliar *para quem e para quê*

---

<sup>13</sup> Na maioria dos casos, observam-se nas produções textuais dos alunos iniciantes da graduação uma “mistura” de ideias. Os alunos parecem ter pressa em dizer o que pensam e não se preocupam em - ou não sabem como - argumentar o que pensam. Essa “pressa” em dizer tudo de uma vez gera um aglomerado de ideias superpostas que, além de não desenvolvidas e argumentadas, ficam desconexas, prejudicando a compreensão do texto e seu propósito persuasivo. A esse respeito, Carlino (2009) lembra que a formulação textual problemática está também relacionada à não releitura e à não reelaboração dos textos, já que os alunos costumam protelar ao máximo a produção dos trabalhos escritos e assim, entregar a primeira versão de seus trabalhos, muitas vezes sem sequer terem lido o que escreveram e tampouco revisado as ideias expostas.

escrevemos um texto, pois se nossa linguagem destoar totalmente da conhecida pelo interlocutor, nosso texto não terá efeitos sobre ele. Para ilustrar, pensemos numa situação em que uma pessoa com pouco ou nenhum conhecimento do vocabulário jurídico procura um advogado (poderia ser qualquer profissional de qualquer área) para que este o represente em um processo. Se o diálogo inicial se estabelecer com base no linguajar jurídico, comum apenas ao egresso do curso de Direito, não se travará um diálogo, mas um monólogo, pois o interlocutor provavelmente não entenderá muita coisa. Neste caso, o advogado usa contra si próprio o peso argumentativo da variante linguística inadequada. Por outro lado, se o profissional adequar a sua forma de expressão à do seu interlocutor, e, de modo ponderado, utilizar alguns termos de domínio da sua área de formação que não afetem a compreensão da mensagem, poderá se fazer entender, ganhar a confiança do interlocutor e, conseqüentemente, o trabalho.

A propósito, a elaboração de um texto implica sempre um leitor imaginário, ou seja, o produtor do texto deve ter em mente um determinado público a quem o texto se destina. Este “público imaginário” conduz as escolhas (semânticas, sintáticas, de linguagem, estruturais etc.) do autor do texto. Afinal, é diferente escrever um texto para crianças ou para adultos, assim como escrever para leigos numa determinada área ou especialistas nela. Carlino (2009) explica que uma das falhas dos redatores iniciantes é escrever sem pensar no leitor a quem se dirigem, não se colocarem no lugar do receptor do texto. Segundo a autora, essa inversão necessária de posições na redação textual também deve ser ensinada aos alunos a partir de suas experiências escritas.

### **Argumento de autoridade**

O argumento de autoridade é muito utilizado nas mais diversas situações de produção textual e bastante comum já no início da vida acadêmica. Se não antes, ao ingressar num curso superior, o aluno aprende que sua voz não ecoa

só. Ou seja, que outros já pensaram e disseram, talvez de modo diferente, aquilo que agora ele pensa e diz. E as palavras desses “outros” podem lhe servir como argumento de autoridade.

Argumento de autoridade, então, nada mais é do que recorrer a citações de outros autores, de autoridades num certo domínio do saber, para corroborar um ponto de vista pessoal, demonstrando que se tem embasamento e conhecimento teórico sobre o tema. O uso desse recurso indica que o emissor/autor tem conhecimento e domínio sobre o que está falando, pois além de ter lido e pesquisado sobre o tema, não fala só, tem o apoio dos “fiadores” citados no texto.

Embora no texto-base o autor não tenha recorrido a nenhuma citação de outros autores/conhecedores do tema, o argumento de autoridade está ali implícito, pois o próprio autor (médico endocrinologista) é uma autoridade no assunto. Será que o texto teria o mesmo peso argumentativo, o mesmo poder de persuasão se, por exemplo, um estudante de segundo grau o tivesse escrito? Certamente, nesses casos, haveria muitas vozes ocultas a se questionarem sobre a veracidade das informações.

Outro aspecto que vale observar é a utilização no texto-base da expressão “*Acredito que [...]*” (na metade do segundo parágrafo). A escolha pela primeira pessoa do singular geralmente é refutada nos textos acadêmico-científicos por ter um caráter de subjetividade e pouco peso argumentativo. No entanto, no texto-base, ao utilizar o verbo na forma “acredito”, o autor não desqualifica seu discurso, tendo em vista que é uma autoridade no assunto e está, portanto, autorizado a dizer o que diz. Uma possibilidade com maior peso argumentativo seria a utilização da primeira pessoa do plural (“Acreditamos que...”), pois assim ele se reportaria ao universo das autoridades médicas e faria de seus colegas fiadores de tal crença.

### **Argumento por antecipação**



Como já mencionado anteriormente, quando produz um texto, o autor/emissor tem em mente uma imagem virtual do leitor/receptor e das possíveis formas como este pode interpretar e reagir às palavras e ideias ali expostas. O processo de produção textual implica, desde o seu início, um interlocutor invisível, mas pressuposto. Nas palavras de Orlandi (2001, p.7):

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos "formações imaginárias" em análise do discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu "cúmplice" quanto um seu "adversário".

Tomando por base tal concepção, é possível perceber que num dado momento do texto-base o autor trava um diálogo de certa forma defensivo com seu interlocutor imaginário. No segundo parágrafo, ao dizer que "o médico tem o dever de alertar a população para os perigos ocultos em cada remédio, *sem que necessariamente faça, junto com essas advertências uma sugestão para que os entusiastas da automedicação passem a gastar mais em consultas médicas*", o autor tece um argumento de defesa antecipado contra uma possível acusação do leitor imaginário: a de que ao defender tal posição o autor estaria, na verdade, interessado em defender interesses financeiros dele próprio ou da classe médica.

Essa defesa prévia (ressalva), essa antecipação acerca do que o leitor poderia pensar isenta-o da acusação antes mesmo de ela ter se concretizado. Argumentar bem implica, sem dúvida, pensar no que será dito, em como será dito, a quem será dito e, também, em como defender a ideia quando um dos argumentos for rebatido ou questionado. Foi o que fez o autor do texto, anteviu uma possível crítica e tratou de isentar-se dela.

## **Considerações Finais**

Para finalizar, é importante dizer que o objetivo deste trabalho não é fornecer uma receita de argumentação e tampouco de interpretação (será que

há?), mas apontar algumas questões que podem ser exploradas/explicitadas no trabalho com textos argumentativos no intuito de auxiliar o aluno a desenvolver suas competências de interpretação e produção textual. Nessa esteira, à luz de princípios básicos da semiótica greimasiana, procuramos apontar como se constrói a sentido de base de um texto, bem como evidenciar algumas formas de argumentação utilizadas para persuasão do leitor. Cremos que tais subsídios sejam úteis ao longo da vida acadêmica, dada a constância e a complexidade das leituras que vão sendo exigidas a cada nível.

É válido lembrar, ainda, que cada texto tem suas particularidades e que é a proposta de trabalho que define a abordagem textual, ou seja, mesmo no trabalho com um único texto argumentativo pode haver várias e diferenciadas formas de abordagem de acordo com aquilo que se deseja abstrair da leitura. Como coloca Orlandi (2001), o leitor pode ler um texto no intuito perceber:

- a) a relação do texto com o autor: o que o autor quis dizer?;
- b) a relação do texto com outros textos: em que este texto difere de tal texto? E em que se assemelha?;
- c) a relação do texto com seu referente: o que o texto diz de X?;
- d) a relação do texto com o leitor: o que você entendeu?;

Indefinidamente, haverá distintos modos de leitura dependendo dos objetivos desta e do contexto em que se dá. A construção deste artigo voltou-se, principalmente, para a relação do texto com o autor, procurando desvelar o que o autor diz e como faz para dizer o que diz. Não se pode esquecer que muitas vezes o autor *não* diz o que pretende, e que esse "silêncio" também constitui uma forma de dizer. Mas isto é assunto para uma outra conversa...

Esperamos, enfim, que as considerações ora tecidas possam lançar algumas luzes aos trabalhos de interpretação textual, contribuindo também para os debates acerca do letramento acadêmico.

## Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CARLINO, Paula. *Escribir, Leer y Aprender en la Universidad: una introducción a la alfabetización académica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

CRESTANI, Luciana Maria. *Sem vez e sem voz: o negro nos textos escolares*. Passo Fundo: UPF, 2003.

FIORIN, José Luiz. A noção de texto na semiótica. *Organon*, Porto Alegre, v.9, n.23, p. 163-173, 1995.

\_\_\_\_\_. *Elementos de análise do discurso*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001

PLATÃO & FIORIN. *Lição de texto: leitura e redação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SOARES, Magda Becker. O que é letramento. *Diário do grande ABC*, Santo André, 29 ago. 2003, Caderno Diário na Escola, p. 3.